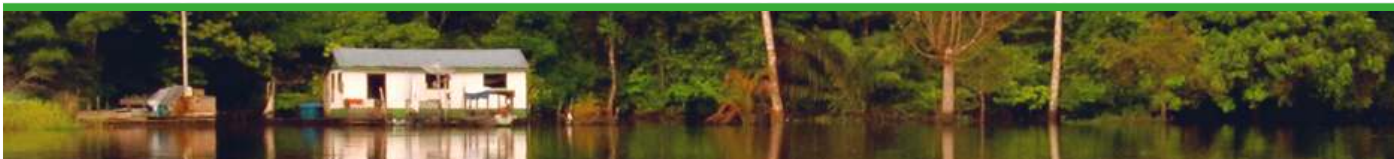


Boletim Fundo Amazônia, n. 36, mar. 2013

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>



Março 2013

Número 36

www.fundoamazonia.gov.br

13ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia

Encontro contou com a participação da ministra Izabella Teixeira e do diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES, Guilherme Lacerda

Foi realizada, no dia 14 de março, em Brasília, a 13ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA). O encontro foi aberto pela ministra de Meio Ambiente Izabella Teixeira e contou com a participação de autoridades, secretários de estado e representantes do governo federal e da sociedade civil, como o secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Francisco Gaetani, o diretor da Área de Meio Ambiente (AMA) do BNDES, Guilherme Lacerda, a embaixadora da Noruega, Aud Marit Wiigo e o superintendente da AMA, Sergio Weguelin. Também participaram da reunião o secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Carlos Klink, a chefe do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia (DEFAM), Claudia Costa, e todos os gerentes do departamento.

A ministra Izabella Teixeira ressaltou em sua fala o protagonismo do Fundo Amazônia na busca de alternativas capazes de inibir os vetores que levam ao desmatamento ilegal na Amazônia. Na avaliação da ministra, o Fundo Amazônia precisa, cada vez mais, operar com uma visão estratégica não apenas para evitar o desmatamento, mas para induzir novos padrões de desenvolvimento, de inclusão social e de proteção ambiental. "O Fundo Amazônia é absolutamente indutor dessa mudança de ocupação do território e do desenvolvimento sustentável na região".

O diretor Guilherme Lacerda falou sobre a importância da parceria entre o MMA e o BNDES, executor das ações do Fundo Amazônia, com avanços importantes no ano de 2012. "Vamos centrar esforços agora para atender, de forma mais focada, às demandas de entidades federais e estaduais e também da sociedade civil, com toda a sua diversidade de projetos e ações", explicou ele, referindo-se à proposta de definição de focos para o biênio 2013/2014, aprovada pelos integrantes do COFA durante a reunião *(veja mais sobre esse assunto na página 2)*.

A 13ª reunião do COFA foi marcada, ainda, pela renovação de seus representantes, indicados pelos dirigentes dos órgãos que compõem o comitê (relação completa ao lado). Os mandatos têm duração de dois anos, com direito a uma prorrogação pelo mesmo período de tempo.



Ministra Izabella Teixeira abriu a 13ª reunião do Comitê Orientador

Composição do COFA

Governo Federal

- **Ministérios:** Meio Ambiente; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Relações Exteriores; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Agrário; e Ciência e Tecnologia
- Casa Civil
- Secretaria de Assuntos Estratégicos
- BNDES

Governos Estaduais

- **Os nove estados da Amazônia Legal:** Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Sociedade Civil

- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
- Confederação Nacional da Indústria
- Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal

COFA aprova focos de atuação para os anos de 2013 e 2014

Fundo Amazônia apoiará projetos estruturantes ou selecionados por meio de chamadas públicas

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) aprovou, em sua 13ª reunião, realizada no dia 14 de março, em Brasília, os focos de atuação do Fundo Amazônia para o biênio 2013/2014. Nesse período, serão apoiados projetos estruturantes, diretamente, ou selecionados por meio de chamadas públicas promovidas pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituições parceiras do governo federal, dos governos estaduais e do terceiro setor.

Para ser classificado como estruturante, o projeto deve atender cumulativamente a três critérios: contribuir para a implementação de uma política pública; ser resolutivo em relação a situação problema diagnosticada; e ter escala no território onde as ações serão desenvolvidas.

O COFA deliberou, ainda, que os projetos estruturantes poderão ser propostos por órgãos do governo federal ou dos governos estaduais ou por organizações privadas sem fins lucrativos.

Bioma Amazônia – No apoio a projetos no bioma Amazônia, os focos de atuação são orientados pelos três eixos do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm): monitoramento e controle, fomento às atividades produtivas sustentáveis, ordenamento fundiário e territorial, acrescidos da componente de desenvolvimento científico e tecnológico (veja ao lado).

Também foi estabelecido que o apoio do Fundo Amazônia em outros biomas brasileiros se dará prioritariamente a projetos propostos por governos estaduais com presença dos biomas cerrado e/ou caatinga em seu território, visando a promoção do processo de regularização ambiental de posses e propriedades rurais, através de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), por meio da adesão ou integração ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural SICAR e ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Continua autorizado o apoio do Fundo Amazônia a projetos que contribuam para a criação ou aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal em outros países tropicais, conforme diretrizes e critérios vigentes.

A consolidação das diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia e seus focos de atuação para o biênio 2013 e 2014 estão disponíveis na Internet e podem ser consultados no site do Fundo Amazônia (www.fundoamazonia.gov.br).

Focos de atuação no bioma Amazônia

Monitoramento e Controle

- Regularização ambiental, CAR e integração ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)
- Estruturação do sistema nacional de controle da origem de produtos florestais e sua integração com os sistemas estaduais da Amazônia Legal e com o SICAR
- Fortalecimento das estruturas de fiscalização e de polícia ambiental dos governos federal e estaduais
- Fortalecimento da gestão ambiental municipal
- Ações de combate a incêndios florestais e queimadas irregulares
- Monitoramento do desmatamento, degradação florestal e das queimadas, prioritariamente em terras indígenas

Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis

- Implementação do "Programa Assentamentos Verdes"
- Apoio ao manejo florestal madeireiro sustentável
- Valorização da economia extrativista em unidades de conservação de uso sustentável e suas zonas de amortecimento em apoio ao plano nacional da sociobiodiversidade
- Recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal objetivando a implantação de Programas de Regularização Ambiental de posses e propriedades rurais
- Atividades produtivas sustentáveis de comunidades constituídas majoritariamente por agricultores familiares

Ordenamento Fundiário e Territorial

- Regularização fundiária de terras públicas
- Elaboração e implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI
- Criação e consolidação de áreas protegidas

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

- Pesquisa científica e tecnológica voltada às cadeias de produtos da sociobiodiversidade, ao manejo florestal madeireiro, à recuperação de áreas degradadas, à integração lavoura-pecuária-floresta, à pesca e aquicultura sustentáveis
- Desenvolvimento de metodologias para mensuração do estoque e da capacidade de armazenamento de carbono da biomassa da Floresta Amazônica e de mensuração de outros serviços ecossistêmicos
- Desenvolvimento de tecnologias para silvicultura de espécies nativas, de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento e de processamento de imagens da superfície terrestre
- Pesquisa socioeconômica com metodologias participativas para novos padrões de desenvolvimento sustentável para a região